



Escolas: problemas do pré à universidade.

EDUCAÇÃO

Seu filho, uma vítima do cruzado.

Com o Plano Cruzado, as mensalidades

foram congeladas. Resultado: dificuldades,

professores deixando as

escolas e queda na qualidade do ensino.

"O Brasil apresenta um total de 30 mil escolas particulares — da pré-escola até o 2º grau. Se a situação criada após a decretação do Plano de Estabilização Econômica perdurar, pelo menos 35% serão obrigadas a fechar as suas portas no próximo ano. As que puderem se manter em funcionamento, fatalmente terão sua qualidade de ensino prejudicada. Este é um caminho indireto para a estatização das escolas." Esta afirmação é do presidente da Federação Nacional dos estabelecimentos de Ensino, Roberto Dornas.

No último dia 16, a Federação reuniu os 24 Sindicatos destes estabelecimentos e as duas associações existentes em todo o País para avaliar a situação das escolas após o Plano Cruzado. Concluíram, segundo Roberto, que as escolas particulares foram a única atividade a ter seus preços reduzidos após a reforma econômica de fevereiro. "Como consequência", diz ele, "os professores estão sendo mal-remunerados e muitos já estão pedindo demissão para se dedicar a outras atividades, o que implica a diminuição da qualidade de ensino".

O vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado, Sergio Arcuri, explica que pelo menos 30% das sete mil escolas de São Paulo acabarão fechando suas portas em 87. E Sérgio explica que desde a decretação do Plano Cruzado eles vêm procurando alertar as autoridades governamentais sobre esse problema. Ele acrescenta que esta manifestação não é contrária àquela reforma econômica: "Queremos apenas que sejam corrigidos erros técnicos do Plano. Não podemos concordar com o congelamento das mensalidades abaixo das necessidades das escolas", diz. Segundo Sérgio, antes de fevereiro, foi autorizado um aumento das mensalidades de 89%. Após a decretação do Plano, o ajuste caiu para 69%. E dados do Sindicato apontam que os custos das escolas aumentaram entre 300 e 400%. O vice-presidente ainda aponta outra disparidade: as mensalidades reajustadas estavam sendo cobradas desde janeiro, "com a implantação do Plano Cruzado, fomos obrigados a devolver os valores pagos até então e com correção monetária".

Fórmula: negociação

Apesar dos diversos contatos com as autoridades econômicas, educacionais, do planejamento e, na última quarta-feira, uma reunião com o presidente Sarney, o governo não apontou nenhuma solução. Mas, o sindicato já lançou uma proposta: a livre negociação. "Seria uma forma de minimizar o problema", diz Sérgio, explicando que este tipo de negociação se daria entre cada escola que, reunindo-se com a comunidade, decidiria o valor das mensalidades.

Luiz Roberto da Silveira Castro, presidente da Comissão de Encargos de Estudos do Conselho Estadual de Educação e do Grupo-Associação das Escolas Particulares de São Paulo, concordando com

o Sindicato em relação à "correção do erro", aponta outra proposta: que os Conselhos Estaduais de Educação façam, através de planilhas, uma avaliação de cada caso e determinem em quanto deveriam ser reajustadas as mensalidades. No entanto, Castro não acredita que, apesar da urgência, o problema seja solucionado antes das eleições. "A classe está sendo lesada por este período pré-eleitoral. Ninguém se atreve a falar em aumentos antes de 15 de novembro", diz.

Segundo essas entidades, o problema das escolas não é aumentar ou diminuir o seu lucro. "As escolas estão apavoradas. Necessitam planejar o próximo ano letivo e não têm condições", diz Arcuri. Conforme ele explica, este é o período em que são renovados os contratos dos professores ou realizadas as admissões. "Mas os professores estão abandonando o magistério por ganhar tão pouco", conclui ele, acrescentando ser a evasão de professores o maior problema enfrentado atualmente por estas escolas. E Castro vai mais longe: "As mensalidades escolares já estavam achatadas há pelo menos quatro anos, com os reajustes menores do que a inflação. Por isso, também o salário dos professores apresentava desvantagem. Agora, o Plano agravou ainda mais o problema destes profissionais, e tende a acabar com o Magistério, diz.

Os professores estão buscando outra alternativa de trabalho. Segundo levantamento do Sindicato dos Professores de São Paulo, os pedidos de demissão desses profissionais aumentaram em 200%. Em 85 foram verificadas menos de 200 homologações de dispensa. Número que foi elevado para dois mil este ano. Para Antônio Veronezzi, diretor-presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior, esse problema também é registrado pelas escolas de ensino superior. "Há uma dificuldade de manter o professor dentro da escola. O aquecimento do mercado de trabalho após o Plano Cruzado levou estes profissionais a se dedicarem a outros tipos de atividade", explica. Ele admite que o professor seja um "sacrificado", já que tem de se sujeitar a ganhar menos, mas lança um apelo: "É necessário que o professor tenha consciência e não abandone as aulas pelo menos no meio do curso".

Fórmula: autonomia

Mas, para Vitor Koloszuk, professor de física há 14 anos, e que se demitiu há um mês do Colégio Bandeirantes, "esse é um protesto em relação à inércia das direções dos colégios diante do problema". Segundo ele, falta criatividade na busca de soluções para esta situação. Como consequência partiu para o trabalho autônomo. Hoje, Vitor formou grupos para dar aulas particulares e de estudo para revisão de vestibulares. "Se as escolas incentivarem centros de aperfeiçoamento como este, com professores autônomos dando aulas nas próprias escolas, este problema

poderia ser solucionado", diz. Além das aulas particulares ele montou uma pequena indústria artesanal que confecciona abajures. E garante que com estas novas atividades ganha entre 4 e 5 vezes a mais do que quando dava aula na escola. Diz que em uma hora de trabalho, só com os abajures, tira três vezes mais o valor de uma hora de aula.

Mauro de Salles, diretor do Colégio Bandeirantes, explica que, neste ano, 23 professores já pediram demissão. "Isto mostra como a situação, que já era grave, piorou", diz. Tudo isso diminui a qualidade de ensino, diz, e explica que as escolas em 87 terão de reduzir drasticamente a estrutura de apoio ao ensino.

Spontaneamente, diante desta situação, surgiu outra alternativa para ajudar as escolas. Os pais fazem contribuições para que os estabelecimentos possam manter sua linha de estudos. É o caso do Colégio Santa Cruz. Os pais dos 1.700 alunos contribuem com uma "doação" de Cr\$ 1.800. O diretor do colégio, Padre Lionel Corbell, explica que esta é a única saída para manter a qualidade do corpo docente e poder planejar o ano letivo de 1987. Já a mantenedora do Internato Jaraguá, na alameda Gabriel Monteiro da Silva, com 500 alunos, acabou enveredando por outro caminho: no fim do ano fechará as portas.

Já o Colégio Cristo Rei enfrenta um problema inédito: os professores paralisaram as aulas desde a última quarta-feira. A irmã Ivone Colombo, presidente da mantenedora, admite que os 60 professores de sua escola de 1.500 alunos ganham pouco. "Mas nós não podemos fazer nada estando com os preços das mensalidades congelados", diz. Segundo ela, pensar no ano letivo de 87 é uma "grande interrogação". Diz que fechar as portas ou aceitar doações será a última opção da escola. "Não temos porta nem janela para sair do problema, mas esperamos que os sindicatos consigam junto ao governo alguma solução", esclarece.

E todas estas entidades são contrárias às "doações espontâneas". "Além de ser uma vergonha, como podemos nos basear em números não reais?", diz Arcari, acrescentando que uma escola não pode planejar o salário de um professor em cima de "esmola".

Entendendo que desta forma a tendência do ensino particular é de diminuir a qualidade, e alarmados com o abandono do magistério, o sindicato enquanto espera alguma solução do governo, continua seu trabalho. Desde a última terça-feira o presidente da entidade, José Aurélio de Camargo, está realizando reuniões com as escolas das cidades do Interior que culminarão em uma assembleia geral na quarta-feira da próxima semana. "Não podemos esperar 16 de novembro ou 28 de fevereiro. Temos que encontrar soluções rápidas para o ensino", conclui Arcari.